

A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense

Thiago da Silva Melo

Mestrando em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL)
e-mail: thiago_dasilvamelos@yahoo.com.br

Resumo

A Guerra do Contestado ocorreu entre os anos de 1912 e 1916 em uma área em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina, em um momento em que também ocorreu a entrada do capital de forma violenta sobre o território caboclo camponês, através de empresas estrangeiras que exploraram as riquezas naturais e implementaram a colonização europeia na região. Passados mais de cem anos do início dos conflitos, esse território continua marcado pelos altos índices de pobreza e pelo não desenvolvimento que fora prometido pelos agentes do capital e o Estado. O objetivo do presente artigo é evidenciar os indicadores sociais nos municípios em estudo, analisar os impactos socioambientais do monocultivo de pinus nos latifúndios, enquanto barreira ao desenvolvimento e refletir sobre a necessidade da Reforma Agrária como caminho da superação da pobreza na região. Como metodologia foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema, levantamento de dados do Cadastro Único junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), informações da Produção Agrícola Municipal e do Censo Agropecuário no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados sobre os assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Palavras-chave: Contestado catarinense; pobreza; agronegócio madeireiro; reforma agrária.

The need for Agrarian Reform in region of Contestado Catarinense

Abstract

The Contested War occurred between the years 1912 and 1916 in a disputed area between the states of Parana and Santa Catarina, in a time when there was also the entrance of quite capital violently over mestizo peasant, through companies Foreign who exploited the natural resources and implemented the European colonization in the region. After over a hundred years since the beginning of conflicts, this territory continues to be marked by high levels of poverty and by no development had been promised by the agents of capital and State. The purpose of this article is to highlight social indicators in the municipalities under study, analyze the environmental impacts of pine monoculture in estates, while barrier to the development and reflect on the need for agrarian reform as a way of overcoming poverty in the region. The methodology was carried out a literature review on the topic, Single Registry data collection at the Ministry of Social Development and Fight against Poverty (MDS), information from the Municipal Agricultural Production and Agricultural Census in the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and data on rural settlements of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA).

Keywords: Contestado catarinense; poverty; timber agribusiness; agrarian reform.

La necesidad de la Reforma Agraria en la región del Contestado de Santa Catarina

Resúmen

La guerra del Contestado se produjo entre los años 1912 y 1916 en una zona en disputa entre los estados de Paraná y Santa Catarina, en un momento en que se produjo también la entrada violenta del capital en lo territorio mestizo campesino, a través de empresas internacionales que aprovechara los recursos naturales e implementó la colonización europea en la región. Después de más de cien años desde el inicio de los conflictos, este territorio sigue marcado por altos niveles de pobreza y de ningún desarrollo había sido prometido por los agentes de lo capital y el Estado. El propósito de este artículo es poner de relieve los indicadores sociales en los municipios objeto de estudio, análisis de los impactos ambientales de los monocultivos de pinos en fincas, mientras barrera para el desarrollo y reflexionar sobre la necesidad de una Reforma Agraria como una forma de superar la pobreza en la región. La metodología se llevó a cabo una revisión de la literatura sobre el tema, la recogida de datos del Registro Único del Ministerio de Desarrollo Social y Lucha contra la Pobreza (MDS), la información de la Producción Agrícola y Censo Municipal en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y datos sobre los asentamientos rurales del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA).

Palabras clave: Contestado catarinense; pobreza; agroindustria de la madera; reforma agraria.

Introdução

O presente artigo foi elaborado a partir de reflexões teóricas e empíricas da disciplina “Geografia, Território e Conflito” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, ministrada pelo Professor Dr. Nilson Cesar Fraga, em dois momentos: no primeiro, entre agosto e setembro de 2015, foram realizadas aulas expositivas com o arcabouço conceitual da disciplina e, a apresentação da Guerra do Contestado e seus desdobramentos. No segundo momento, foi realizada uma viagem de campo para a região do Contestado Catarinense em novembro, onde evidenciamos as marcas do conflito que permanecem no território cem anos após o término oficial da guerra.

A Guerra do Contestado ocorreu no Paraná e em Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916, tendo sido ocasionada por vários fatores, dentre eles a disputa pela posse da terra entre os dois estados, uma competição econômica pela exploração da Floresta de Araucária, a expansão do capital internacional sobre o território caboclo e um movimento messiânico de grandes proporções, sendo por isso um episódio bastante complexo na História do Brasil:

A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa. Esses elementos são os responsáveis pela atual formação territorial das cidades envolvidas no conflito. (FRAGA; LUDKA, 2012, p. 3)

A atual configuração territorial dos municípios envolvidos na guerra foi em grande parte determinada pelo conflito e tem desdobramentos no presente, uma vez que as

estruturas de poder e mando sobre o território que foram implementadas naquele momento se consolidaram, conforme sinaliza Santos (1994, p.16): “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural. ”

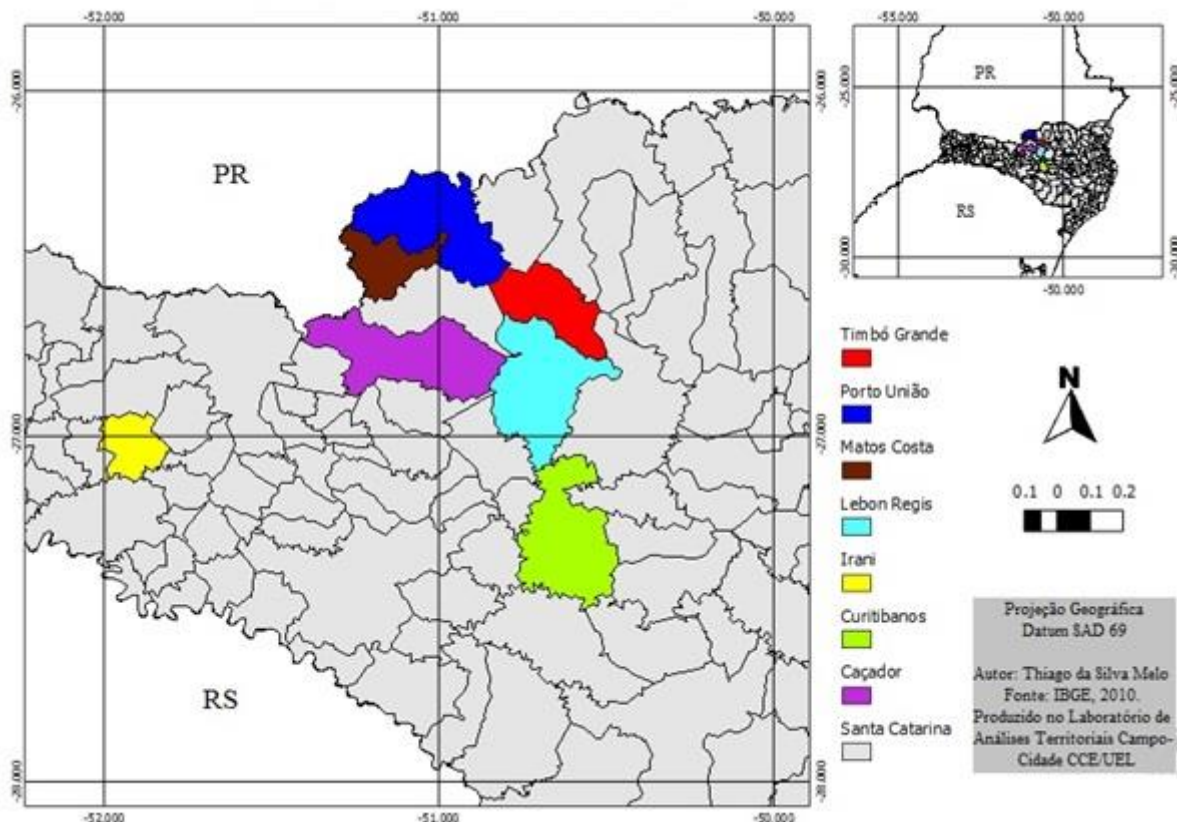
No caso da região do Contestado a herança material da guerra e da vitória do capital que permanece em seu território é reflexo da implementação de um projeto predatório de exploração, evidente nos altos índices de pobreza e concentração fundiária.

A construção do território passou a ser moldada conforme os interesses dos agentes do capital, o maior vencedor da guerra, que passaram a ditar as regras para a ordenação do espaço e sua máxima exploração:

Para a construção destes territórios, moldado por um jogo de relações de poder, impera as identidades construídas pelo vencedor, que será o ditador das regras que garantirão as novas formas e estruturas do espaço de acordo com os seus interesses. A região do Contestado demonstra um exemplo, de como o capital, aliado aos interesses do Estado, se tornaram os vencedores que ditaram as regras para a ordenação dos espaços contidos nessas áreas. (AQUINO JÚNIOR, 2009, p. 79)

Nesse caso, o agente do capital foi a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, conhecida como Lumber, empresa madeireira e colonizadora norte-americana a quem o Estado concedeu as terras e a exploração da madeira às margens da ferrovia São Paulo - Rio Grande, o que gerou grande conflito com os camponeses caboclos que já habitavam a região e possuíam o direito legítimo da posse da terra. Por ela e pela manutenção do seu modo de vida lutaram.

Tendo em vista a amplitude da área onde foi conflagrada a Guerra do Contestado, foi feito um recorte espacial de estudo para o presente artigo realizado levando em consideração os acontecimentos mais marcantes e os municípios percorridos na pesquisa de campo no estado de Santa Catarina, sendo eles: Irani, Caçador, Matos Costa, Porto União, Timbó Grande, Lebon Régis e Curitibanos, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1: Localização dos municípios em estudo no Contestado Catarinense

Em Irani, foi travada a primeira batalha da Guerra do Contestado, conhecida como o “Combate do Irani”, sendo o marco inicial de uma série de lutas entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e a República e os camponeses caboclos, onde está localizado o sítio histórico com a carneira do monge José Maria, a vala dos 21 e o cemitério do Contestado.

No município de Caçador está o mais importante acervo regional sobre a Guerra do Contestado, localizado no museu com melhor estrutura sobre o processo de formação socioespacial da região.

Em Matos Costa, antiga São João dos Pobres, ocorreu em 1914, o ataque que ocasionou a morte do capitão da República, João Teixeira de Matos Costa, onde os responsáveis pela emboscada, oficialmente, foram os caboclos, o que parece ser contraditório, por se tratar do único militar que, de certa forma, apresentava um posicionamento que considerava a situação dos caboclos no Contestado.

O então município de Porto União da Vitória foi dividido após a guerra, sendo que Porto União passou a pertencer ao estado de Santa Catarina e União da Vitória ao estado do Paraná, separados apenas pela linha férrea São Paulo - Rio Grande, simbolizando a disputa entre os dois estados.

Em Timbó Grande aconteceu aquela que ficaria conhecida como a Páscoa do Genocídio em 1915, no vale de Santa Maria, episódio marcado pelos bombardeios por parte do exército sem trégua sobre os caboclos durante a quinta-feira e sexta-feira santa e no sábado de aleluia, por fim, o Brasil e os estados de Santa Catarina e Paraná foram informados que os caboclos haviam sido exterminados, “venceu a República pela boca de seus canhões.” (FRAGA, 2014, p. 1).

O município de Lebon Régis abriga a maior quantidade de crematórios, um dos vestígios de maior horror da guerra, que eram fornos utilizados para a incineração dos corpos daqueles que morriam durante os combates, dada a grande quantidade de cadáveres, em um local conhecido como Perdizinha, para onde os caboclos foram na fase final do conflito.

Em Curitiba, os caboclos incendiaram toda a então vila em um ataque de grande repercussão, em 1914. No entanto, demonstrando os princípios morais que os conduziam na guerra, todas as casas que possuíam a foto do Monge João Maria foram poupadas e não houve assassinato de nenhum habitante da cidade.

Feitas essas primeiras considerações, a finalidade do artigo é interpretar os indicadores sociais nos municípios em estudo, evidenciar os impactos socioambientais do agronegócio madeireiro, enquanto obstáculo ao desenvolvimento, e promover a reflexão sobre a necessidade da Reforma Agrária como caminho da superação da pobreza na região.

Um dos momentos primordiais durante o processo de investigação científica é a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005), esta etapa compreende-se como um processo interligado de procedimentos, convergidos na problemática do acesso, tratamento e emprego dos dados e informações. A metodologia deve ser construída tendo em vista alguns elementos como: a definição dos tipos de dados a serem utilizados, os meios como os coletamos, a exploração, análise e interpretação dos mesmos e por fim, a validação das hipóteses levantadas.

Como fontes da pesquisa foram utilizadas bibliografias, como livros publicados sobre a temática, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em periódicos sobre o assunto.

Foram levantados dados junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS), referentes às famílias beneficiárias de programas sociais e pessoas no Cadastro Único, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram coletadas as informações do Censo Agropecuário e da Produção Agrícola Municipal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as informações sobre os assentamentos nos municípios em estudo.

O Contestado 100 anos em guerra

A região do Contestado que outrora era disputada entre os estados de Santa Catarina e Paraná por madeireiras e empresas colonizadoras de capital estrangeiro, hoje se encontra em situação de abandono por parte do poder público e com os maiores índices de pobreza de ambos os estados.

A apropriação privada do bem comum e da riqueza da Floresta de Araucárias, revela a verdadeira face do projeto que supostamente traria o progresso à população enquanto a expulsava de suas terras e promovia uma modernização incompleta que nunca se efetivou, terminando por provocar a desordem no território:

O poder econômico contestado revela o saque e a corrupção em que se converteu o projeto modernizador do sertão. O envolvimento escandaloso de agentes públicos com negócios privados e a imposição criminosa da ordem geral de expulsão dos habitantes de suas próprias terras demonstram que a modernização, que prometia tirar a população do atraso, produziu a desordem (MEIRINHO, 2012, p. 28 e 29).

O saque do bem comum e a corrupção dos agentes públicos e privados ficam claros quando observamos que o custo da ferrovia superou em quase três vezes o valor inicialmente previsto, devido ao alongamento da linha e curvas desnecessárias feitas propositalmente, uma vez que o contrato de concessão previa que as terras às margens da ferrovia seriam entregues à empresa com a finalidade de exploração da madeira e posterior venda a título de colonização, totalizando mais de 1,5 milhão de hectares, sendo que destes quase 670 mil estão na região do Contestado Catarinense.

Apesar da construção da ferrovia, não houve planejamento por parte do Estado e nem da empresa beneficiada sobre o que seria transportado por ela, por isso, findada a retirada da madeira da araucária, a ferrovia entrou em decadência até que, em 1998, a América Latina Logística, atual responsável por ela, decidiu suspender o tráfego de trens e desativar totalmente a linha por ser economicamente inviável.

A modernização incompleta que ocasionou a desordem no território fica evidente quando compreendemos que os lugares, que por séculos estão sob o domínio político e econômico de oligarquias que exercem poder através de vários tipos de violência e privilégios legitimados pelo Estado, são os mesmos com os maiores índices de pobreza.

Evidenciando como os interesses do capital e da elite coronelista se alinharam para a usurpação do bem comum e das riquezas (madeira, terra e dinheiro público), ato este que tem desdobramentos até os dias atuais, fazendo do Contestado um território maldito:

A guerra foi maldita, ceifou milhares de vidas camponesas por interesses do capital e dos coronéis da época, gerando, 100 anos depois do seu início, um território maldito, marcado pela maldição das políticas públicas ineficientes, corruptas e de interesses de pequenos grupos que dominam a região, em todas as escalas (FRAGA; LUDKA, 2012, p. 2).

A ineficiência das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico da região do Contestado Catarinense fica clara quando interpretamos os dados relativos à pobreza da população dos municípios em estudo:

Tabela 1: Indicadores sociais do Cadastro Único¹ sobre a pobreza nos municípios em estudo

| | População* | Famílias no Cadastro Único | Famílias beneficiárias do Bolsa Família | Pessoas no Cadastro Único | Percentual da população no Cadastro Único |
|-----------------------|------------------|----------------------------|---|---------------------------|---|
| Irani | 10.118 | 1.600 | 307 | 4.794 | 47,4% |
| Caçador | 75.812 | 6.708 | 1.638 | 20.219 | 26,7% |
| Matos Costa | 2.690 | 752 | 171 | 2.380 | 88,8% |
| Porto União | 34.882 | 3.170 | 818 | 9.042 | 25,9% |
| Timbó Grande | 7.632 | 1.430 | 758 | 4.583 | 60% |
| Lebon Régis | 12.105 | 2.566 | 1.112 | 7.959 | 65,7% |
| Curitibanos | 39.231 | 4.810 | 1.335 | 13.967 | 35,6% |
| Total | 182.470 | 21.036 | 6.139 | 62.944 | 34,5% |
| Santa Catarina | 6.819.190 | 460.113 | 131.525 | 1.363.507 | 20% |

*Estimativa da população para 2015, segundo o IBGE

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

A penúltima e a última coluna mostram, respectivamente, o número e o percentual de pessoas em cada município que estão no Cadastro Único, ou seja, pessoas que compõem famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa.

Como podemos observar, todos os municípios em estudo apresentam índices superiores à média do estado de Santa Catarina e alguns apresentam números impressionantes como Matos Costa e Lebon Régis com mais da metade da população em famílias com renda de menos de meio salário mínimo por pessoa.

Devemos compreender que a situação de pobreza de um sujeito deve ser vista para além da insuficiência de renda, pois, a insuficiência de renda se desdobra em morte precoce, desemprego, desempenho insatisfatório na escola, marginalização social e, em última instância, privação da liberdade por não se poder fazer coisas vitais para qualquer ser humano. (LUDKA; FRAGA, 2015)

¹ O Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza possui informações socioeconômicas das famílias consideradas de baixa renda, ou seja, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

Os efeitos da fome e miséria de cada sujeito prejudica toda a sociedade, pois, o mau nutrido terá menor rendimento escolar, necessitará com maior frequência de serviços médicos públicos e de programas sociais como o Bolsa Família e cestas básicas.

Dessa forma, como apontou Fraga e Ludka (2012), podemos dizer que a Guerra do Contestado não terminou para as pessoas que vivem na região, ela continua tendo desdobramentos em suas vidas, gerando um território marcado pela pobreza, ineficiência do Estado e corrupção.

A pobreza persiste também pelo fato do projeto do Estado e do capital para o desenvolvimento da região do Contestado Catarinense continuar sendo a indústria e o agronegócio madeireiros, através da monocultura de *pinus*, que concentra as terras, a renda e deixa um rastro de destruição ambiental, como veremos adiante.

O monocultivo de *pinus* como proposta do agronegócio madeireiro para o desenvolvimento

O plantio comercial de *pinus* sob o regime de silvicultura intensiva tem início entre os anos 1960-1970 e atualmente se encontra expandido em todas as regiões brasileiras com as mais variadas espécies de acordo com as características geográficas de cada lugar, preponderando no estado de Santa Catarina e nos municípios em estudo.

O monocultivo de *pinus* frequentemente é alardeado por políticos e empresários como projeto sustentável de reflorestamento que gera desenvolvimento nos lugares onde são plantados, sendo que a madeira após a retirada é utilizada, principalmente, pelas indústrias de papel e celulose, fábricas de móveis e siderúrgicas que utilizam carvão vegetal em sua produção.

No entanto, por trás do discurso do agronegócio madeireiro de reflorestamento, o que se verifica é uma monocultura como outra qualquer, pois, uma floresta abriga, necessariamente, grande diversidade de fauna e flora, o que não ocorre nas plantações de *pinus*, onde há o uso intensivo de agrotóxicos para matar gramíneas e outras espécies vegetais para viabilizar o plantio em larga escala comercial.

Havendo a perda da diversidade florestal e dos conhecimentos florestais locais que levam a degradação do meio ambiente e, por isso, não é possível existir sustentabilidade do ponto de vista ecológico e social:

A substituição dos conhecimentos florestais locais pela silvicultura “científica” correspondeu ao mesmo tempo uma perda da diversidade florestal e sua substituição por monoculturas uniformes. Como a produtividade biológica da floresta baseia-se ecologicamente em sua diversidade, a destruição do saber local e, com ele, da diversidade vegetal, levam à degradação da floresta e ao solapamento de sua sustentabilidade.

O aumento da produtividade do ponto de vista comercial destrói a produtividade do ponto de vista das comunidades locais. A uniformidade da floresta administrada tem por objetivo gerar “safra sustentáveis”. No entanto, a uniformidade destrói as condições de renovação dos ecossistemas florestais e é ecologicamente insustentável. (SHIVA, 2003, p. 68)

Na verdade, há muito tempo, a expansão de indústrias madeireiras e de papel e celulose apoiadas nas monoculturas da silvicultura é motivo de grande crítica por parte de ambientalistas, movimentos sociais e mesmo procuradores do Ministério Público Federal, que denunciam os mais diversos abusos, como o avanço das plantações sobre os territórios camponeses, quilombolas e indígenas; impactos ambientais como a perda da biodiversidade e esgotamento dos solos e da água.

Os *pinus* e os eucaliptos plantados são de espécies de rápido crescimento para produzir mais biomassa e conseqüentemente aumentar o valor e a quantidade obtidos na produção. Para tanto, o consumo de água se comparado com a flora nativa e outras plantações de menor porte é bem maior, podendo ocasionar sua redução significativa.

Outro problema encontrado na região do Contestado Catarinense é o avanço das plantações sobre os sítios arqueológicos, antropológicos e geográficos da guerra, representando um risco à conservação dos registros da História do Brasil (FRAGA, 2010, p. 98).

Além dos impactos ambientais, os desdobramentos na esfera do trabalho também precisam ser destacados, pois, o monocultivo da silvicultura praticamente não gera empregos no campo, uma vez que para serem cortadas as árvores precisam crescer durante pelo menos entre seis e doze anos, sendo necessária mão de obra somente no momento do plantio e do corte.

Os períodos de plantio e corte do *pinus*, são marcados pela informalidade e sazonalidade nos contratos de trabalho, conforme aponta Gemelli (2015, p. 617), em sua pesquisa desenvolvida na região do Contestado:

No que tange o trabalho nas áreas de plantação de *Pinus*, que as relações de trabalho, são, em geral, marcadas pela informalidade e por contratos em que paga-se por produção. Trata-se de trabalhadores marcados pela sazonalidade do trabalho no *Pinus*, que vivem, por conta disso, ao longo de um mesmo ano, diversas experiências laborais, sendo, portanto, caracterizados pela plasticidade do trabalho.

O pagamento por produção exige do trabalhador o máximo de esforço, o que frequentemente termina por ocasionar acidentes de trabalho e também pelo fato do trabalhador não receber o treinamento necessário.

Em relato de pesquisa de campo no Contestado, Fraga (2010) entrevistou trabalhadores que relataram receber como pagamento no corte de *pinus* o valor de R\$ 12,00

por um dia inteiro de trabalho, segundo os mesmos, quando havia trabalho, pois, passavam a maior parte do ano desempregados.

Além disso, nos últimos anos tem aumentado as denúncias e os flagrantes da ocorrência de trabalho análogo à escravidão nas plantações de *pinus* e eucaliptos, na última edição da chamada “lista suja²” do Ministério do Trabalho, foram identificados 20 casos relacionados à silvicultura no Brasil:

Por fim, temos constatado combinado a degradação da natureza a superexploração do trabalho nas áreas de plantio, manutenção e colheita de Pinus, que vão desde a ocorrência de trabalho escravo à informalidade nas relações de trabalho, baixos salários, elevadas jornadas de trabalho e riscos de acidentes de trabalho. (GEMELLI, 2015, p. 613)

Apesar de toda a controvérsia que envolve o monocultivo da silvicultura nas questões ambientais e trabalhistas, o setor de papel e celulose tem recebido grandes investimentos do Estado via financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que sustenta e estimula sua expansão.

No caso da região do Contestado Catarinense, podemos observar na tabela 2 as indústrias de papel e celulose, vinculadas ao Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina, que possuem suas sedes localizadas nos municípios em estudo, e quais delas receberam financiamentos provenientes do BNDES:

Tabela 2: Indústrias de papel de celulose com sede nos municípios em estudo

| Empresa | Município de localização | Financiamento proveniente do BNDES |
|---|---------------------------------|---|
| Adami S/A Madeiras | Caçador | Sim |
| Primo Tedesco S/A | Caçador | Sim |
| Novacki Papel e Embalagens S/A | Matos Costa | Não |
| Abbaspel Indústria e Comercio de Papeis LTDA | Porto União | Sim |
| Bonet Madeiras e Papeis LTDA | Timbó Grande | Não |
| Marombas Ind. e Com. de Madeiras e Papelão LTDA | Curitibanos | Sim |

Fontes: SINPESC e BNDES.

² A “lista suja” é relação atualizada a cada seis meses pelo Ministério do Trabalho e Emprego com os dados dos empregadores flagrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização utilizando mão de obra escrava.

Podemos observar que a maioria das indústrias utilizam financiamentos do BNDES para dar suporte às suas atividades, situação que não é diferente no restante do país, onde os grandes grupos que controlam as maiores fatias do mercado são os mesmos que recebem os maiores volumes de dinheiro em financiamentos:

Por sua vez, a fonte de financiamento deste complexo é, em grande medida, o erário público via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) num cenário em que a disputa pelos recursos e pelo patrimônio fundiário tem sido vencida pelos mais fortes. (ALMEIDA, 2012, p. 4)

Mesmo com o desrespeito ao meio ambiente, precarização do trabalho e o recebimento de financiamentos do BNDES, o setor de papel e celulose através da monocultura do *pinus* e do eucalipto não demonstra nem mesmo eficiência econômica do ponto de vista do valor da produção por hectare arrecado pelo produtor no campo:

Tabela 3: Área ocupada, valor da produção e valor da produção por hectare das lavouras e silvicultura nos municípios em estudo no ano de 2014

| | Lavouras/ Silvicultura | Área ocupada (ha) | Valor da produção (R\$) | Valor da produção por hectare (R\$/ha) |
|-----|---------------------------|-------------------------|----------------------------|---|
| 1º | Tomate | 1.190 | 106.899.000,00 | 89.831,10 |
| 2º | Maçã | 574 | 27.552.000,00 | 48.000,00 |
| 3º | Cebola | 1.371 | 35.048.000,00 | 25.563,85 |
| 4º | Pera | 11 | 264.000,00 | 24.000,00 |
| 5º | Pêssego | 104 | 2.320.000,00 | 22.307,70 |
| 6º | Uva | 410 | 6.650.000,00 | 16.219,51 |
| 7º | Batata | 195 | 3.094.000,00 | 15.887,00 |
| 8º | Caqui | 29 | 425.000,00 | 14.655,18 |
| 9º | Melancia | 22 | 311.000,00 | 14.136,36 |
| 10º | Mandioca | 15 | 210.000,00 | 14.000,00 |
| 11º | Fumo | 562 | 6.124.000,00 | 10.896,80 |
| 12º | Alho | 1.165 | 11.375.110,00 | 9.764,04 |
| 13º | Melão | 2 | 16.000,00 | 8.000,00 |
| 14º | Erva Mate | 675 | 4.563.000,00 | 6.760,00 |
| 15º | Soja | 24.950 | 83.785.000,00 | 3.358,11 |
| 16º | Milho | 20.800 | 63.273.000,00 | 3.041,97 |
| 17º | Feijão | 6.310 | 18.871.000,00 | 2.990,65 |
| 18º | Tangerina | 10 | 26.000,00 | 2.600,00 |
| 19º | Cana-de-açúcar | 40 | 96.000,00 | 2.400,00 |
| 20º | Trigo | 2.150 | 3.146.000,00 | 1.463,25 |
| 21º | Silvicultura* | 90.851 | 118.093.000,00 | 1.299,85 |
| 22º | Laranja | 30 | 37.000,00 | 1.234,00 |
| 23º | Aveia | 710 | 432.000,00 | 608,45 |
| 24º | Arroz (com casca) | 12 | 6.000,00 | 500,00 |

*Integram a estatística plantações de *pinus* e eucaliptos.

Fonte: Produção Agrícola Municipal/IBGE

Podemos observar que do total dos 152.188 hectares destinados à plantação de lavouras ou silvicultura, nos municípios em estudo, quase 60% estão cobertos por *pinus* ou eucaliptos, cerca de 16% por soja e 14% por milho, que também são culturas preponderantes do agronegócio, e todas as demais culturas ocupam pouco mais de 10% da área.

No entanto, se levarmos em consideração o valor da produção por hectare, ou seja, o valor total da produção dividido pela área total ocupada, veremos que o *pinus* e o eucalipto que possuem de longe a maior área plantada, comparada aos demais, são contraditoriamente um dos menos eficientes do ponto de vista econômico para o produtor, ocupando apenas o 21º lugar em uma lista com 24 itens.

Entre as culturas que possuem maior rentabilidade de ganho monetário para o produtor, por hectare, estão aquelas historicamente cultivadas pela agricultura camponesa de base familiar, no entanto, estão entre as que ocupam menos área.

É partir da observação de que as maiores médias de rentabilidade estão nos cultivos da agricultura camponesa e de como o espaço tem sido predatoriamente apropriado pelo agronegócio madeireiro, que se insere a discussão que será apresentada adiante, de como a Reforma Agrária pode representar de fato um caminho para a superação da pobreza na região do Contestado Catarinense.

A Reforma Agrária como um caminho para a superação da pobreza no Contestado Catarinense

Como vimos, a proposta do agronegócio madeireiro para o desenvolvimento da região do Contestado Catarinense não tem conseguido melhorar os índices socioeconômicos dos municípios, muito pelo contrário, os grupos madeireiros têm feito a apropriação privada do lucro e a socialização dos prejuízos, como nos impactos ambientais e na não geração de emprego e renda no campo.

É no sentido de verdadeiramente promover o desenvolvimento que se insere a luta pela Reforma Agrária como alternativa no campo para o abastecimento e dinamização do comércio nas cidades locais.

A Reforma Agrária é um processo amplo que tem como objetivo a modificação da estrutura fundiária, sendo o primeiro passo a redistribuição da propriedade da terra, conforme nos aponta Oliveira (2007, p. 68):

A reforma agrária constitui-se, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária

de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal.

Na região do Contestado, a Reforma Agrária também ganha o sentido de reparação por parte do Estado aos descendentes de caboclos que tiveram suas terras apropriadas indevidamente por empresas que contruíram a ferrovia e efetivaram a colonização.

A posse da terra pelos camponeses caboclos era legítima e juridicamente reconhecida pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras, que assim determina:

Art. 5º. Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente. (BRASIL, Lei 601, de 18 de setembro de 1850)

Claramente, a legislação foi descumprida quando o próprio Estado concedeu à Lumber (Brazil Lumber and Colonization Company) as terras que já pertenciam aos caboclos, o que terminou por ocasionar grandes conflitos e o extermínio de milhares de camponeses na Guerra do Contestado, fato este que nunca foi reconhecido e nem reparado pela República.

Outro aspecto que legitima a realização da desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária³ é o descumprimento da Constituição de 1988 que determina que toda propriedade deve cumprir sua função social:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Agora vejamos o que a Constituição define como cumprimento da função social da propriedade:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

³ É importante ressaltar que segundo a Constituição são passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária apenas as grandes propriedades, ou seja, aquelas superiores a quinze módulos fiscais do INCRA.

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

É importante destacar que para o cumprimento da função social da propriedade é necessário o atendimento a todos os requisitos simultaneamente, o que não ocorre, por exemplo, onde há o monocultivo de *pinus*, que como vimos, não utiliza adequadamente os recursos naturais disponíveis e não preserva o meio ambiente, uma vez que consome muita água e diminui a biodiversidade onde são plantados, e não favorece o bem-estar dos trabalhadores devido a informalidade e sazonalidade a que os mesmos são submetidos.

Apesar dos dispositivos legais que preveem a desapropriação de terras e os flagrantes descumprimentos na legislação, não existe e nunca existiu nenhuma política fundiária colocada em prática para a realização da Reforma Agrária em sua verdadeira acepção no Brasil, por se tratar de uma questão eminentemente política: “Naturalmente, a reforma agrária é uma decisão de política interna difícil de ser tomada e aplicada, pois ela suscita forçosamente violentas oposições.” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 545)

Essas violentas oposições provem principalmente de setores historicamente ligados às oligarquias rurais e latifundiários que detém inegável poder político e o exercem inclusive através do aparelho estatal, como a bancada ruralista presente no Congresso Nacional.

O que se tem na região do Contestado Catarinense e no restante do país, longe de ser a Reforma Agrária, é uma política de assentamentos rurais, como bem distinguiu Fernandes (2013, p. 117):

Embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como uma política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da reforma agrária, as ocupações têm sido a principal forma de acesso à terra.

As ocupações de terra promovidas pelos movimentos socioterritoriais são mecanismos utilizados para pressionar o Estado e chamar a atenção da sociedade para os problemas na estrutura fundiária brasileira. A tabela 3 mostra o número de ocupações e o número de famílias acampadas no estado de Santa Catarina entre os anos de 1988 e 2013:

Tabela 4: Número de ocupações e de famílias no estado de Santa Catarina, 1988-2013

| Número de ocupações | Número de famílias |
|---------------------|--------------------|
| 182 | 24.323 |

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra.

Apesar da luta pela terra nos acampamentos, a criação de assentamentos segue em ritmo menor que a demanda dos movimentos sociais. A tabela 4 mostra os assentamentos rurais que foram criados nos municípios em estudo:

Tabela 5: Assentamentos rurais localizados nos municípios em estudo

| Nome | Município | Famílias assentadas | Área (ha) | Data de criação | Situação |
|--------------------------------|------------------|----------------------------|------------------|------------------------|-----------------|
| Hermínio G.S. | Caçador | 110 | 1561 | 27/12/1996 | Em consolidação |
| Eldorado dos Carajás | Lebon Régis | 19 | 213 | 18/02/2003 | Em instalação |
| Rio Água Azul | Lebon Régis | 26 | 386 | 29/04/1993 | Consolidado |
| Rio Timbó | Lebon Régis | 43 | 718 | 01/04/1987 | Em estruturação |
| Conquista dos Palmares | Lebon Régis | 32 | 417 | 06/11/1996 | Criado |
| Córrego Segredo I | Lebon Régis | 15 | 228 | 28/07/1988 | Consolidado |
| Córrego Segredo II | Lebon Régis | 26 | 408 | 20/10/1988 | Consolidado |
| São João | Matos Costa | 35 | 618 | 09/12/1996 | Em consolidação |
| Nova Esperança | Matos Costa | 23 | 545 | 29/08/1989 | Em instalação |
| 13 de Outubro | Matos Costa | 35 | 700 | 02/04/1991 | Em estruturação |
| Santa Rita III | Matos Costa | 15 | 262 | 28/01/1999 | Em estruturação |
| São João II | Matos Costa | 20 | 283 | 01/06/1999 | Em estruturação |
| São Roque | Matos Costa | 42 | 1007 | 10/01/1995 | Criado |
| Perdiz Grande | Timbó Grande | 38 | 552 | 10/10/1996 | Em consolidação |
| Nova Cultura | Timbó Grande | 32 | 491 | 20/08/1996 | Em consolidação |
| Cristo Rei | Timbó Grande | 32 | 513 | 09/11/1995 | Em consolidação |
| Herdeiros do Contestado | Curitibanos | 19 | 274 | 22/11/2001 | Em consolidação |
| 1 de Maio | Curitibanos | 27 | 461 | 06/11/1997 | Em consolidação |
| Índio Galdino | Curitibanos | 49 | 865 | 11/11/2005 | Criado |

Fonte: INCRA

No total, são 19 assentamentos que abrigam 638 famílias em uma área de 10.502 ha, cada lote tendo em média de 16,5 ha, localizados em cinco dos sete municípios em estudo nas mais diversas situações informadas pelo INCRA.

A área total ocupada pelos assentamentos representa apenas 11,5% da área destinada à plantação de *pinus* ou eucalipto, 42% da área de soja e metade da área destinada à plantação de milho na região do Contestado Catarinense, cultivos que como vimos, são predominantemente monoculturas, os carros-chefes do agronegócio e estão entre os de pior rendimento para o proprietário por hectare, causam grandes impactos ambientais e geram poucos empregos diretos no campo.

Além disso, chama a atenção, a situação em que se encontram esses assentamentos, onde apenas dois dos dezenove aparecem como consolidados, mesmo com datas de criação que começam a partir de 1987, ou seja, 28 anos atrás.

A falta de estrutura e de investimentos nos assentamentos é uma realidade nos municípios em estudo e no restante do país, e ocorre principalmente devido ao que Almeida (2012, p. 6) chama de “morte por dentro do INCRA”, onde a principal instituição destinada a realizar a Reforma Agrária, não coincidentemente, se encontra com grandes esvaziamentos como a diminuição drástica de servidores nas últimas décadas e o sucateamento de suas estruturas que se refletem na não realização de desapropriações e piora na qualidade dos assentamentos já existentes. (ALMEIDA, 2012)

Apenas para termos uma dimensão da questão, no ano de 2014, o governo federal destinou quase R\$ 1,4 bilhão para investimentos do INCRA, destes 527,9 milhões foram utilizados para desapropriações e aquisições de imóveis. No mesmo ano, a Klabin, indústria de papel e celulose, recebeu do BNDES o segundo maior financiamento do banco no ano, um valor de mais de R\$ 3,3 bilhões, ou seja, mais que o dobro da verba destinada ao INCRA.

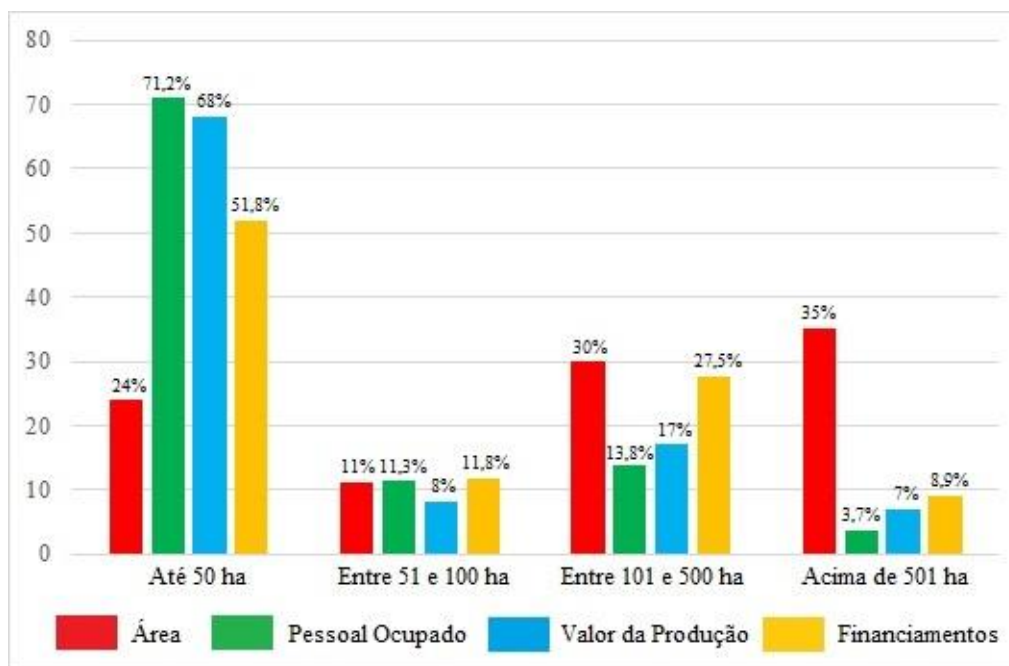
Os discursos que legitimam a concessão de imensos empréstimos para grandes grupos agroindustriais, latifundiários e os que procuram desqualificar a Reforma Agrária estão, frequentemente, na associação que se faz à geração de emprego, renda e eficiência produtiva de uma parte e de outra.

Sendo que os grupos agroindustriais na figura das grandes propriedades são tidos como os maiores geradores de emprego e renda, com a máxima eficiência produtiva e modernidade no campo, enquanto as pequenas propriedades são associadas à uma agricultura atrasada voltada exclusivamente para a subsistência familiar.

No entanto, os indicadores da agricultura por estratos de área, trazem à tona uma realidade bem diferente, deixando claro que a pequena propriedade é mais eficiente se comparada à grande em pessoal ocupado, valor da produção e valor da produção por

financiamento obtido, conforme mostra o gráfico 1, que apresenta os dados dos municípios em estudo do Contestado Catarinense.

Gráfico 1: Indicadores da agricultura dos municípios em estudo por estratos de área



Fonte: Censo Agropecuário de 2006/IBGE

Organização: Thiago da Silva Melo.

Podemos observar que, apesar de os estabelecimentos agropecuários⁴ com até 50 ha ocuparem menos área, comparado às grandes e médias propriedades, são aqueles que indiscutivelmente geram mais ocupação no campo, valor da produção e rendimento do valor da produção por financiamento obtido.

As pequenas propriedades, ou seja, aquelas com até 50 hectares, tem 4.379 estabelecimentos, ocuparam 12.480 pessoas, obtiveram mais de R\$ 187 milhões no valor da produção com menos de R\$ 15 milhões em financiamentos bancários, ou seja, ampliaram em cerca de 12 vezes os valores que obtiveram junto às instituições financeiras.

As médias propriedades, aquelas com entre 51 e 100 hectares, têm 543 estabelecimentos, ocuparam 1288 pessoas, obtiveram mais de R\$ 22 milhões no valor da produção com cerca de R\$ 3 milhões em financiamentos bancários, aumentando em pouco mais de 7 vezes os valores financiados.

As médias e grandes propriedades, aquelas com entre 101 e 500 hectares, têm 525 estabelecimentos, ocuparam 1.155 pessoas, obtiveram menos de R\$ 49 milhões no valor da

⁴ O estabelecimento agropecuário é entendido pelo IBGE como todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária.

produção com R\$ 7,5 milhões em financiamentos bancários, ou seja, aumentaram menos de 7 vezes os valores financiados.

As grandes propriedades, aquelas acima de 501 hectares, tem 104 estabelecimentos, ocuparam 247 pessoas, obtiveram menos de R\$ 20 milhões no valor da produção com mais de R\$ 2 milhões em financiamentos bancários aumentando em menos de 7 vezes os valores financiados.

Os dados apontam que a realização da Reforma Agrária é benéfica do ponto de vista social e também econômico, sendo estratégica para o aumento de pessoas ocupadas no campo, da produtividade e oferta de alimentos e do valor da produção, que de posse do agricultor gera receitas e empregos também na cidade através de seu consumo, dinamizando o comércio regional e contribuindo para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento socioeconômico da região do Contestado Catarinense.

Conclusão

A Guerra do Contestado está longe de ser um episódio encerrado com o fim dos combates há cem anos, a guerra continua na luta do seu povo pela sobrevivência e por melhores condições de vida.

A disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná e dos coronéis ao lado do capital internacional contra os camponeses caboclos deixou marcas que ficam evidentes quando constatamos os altos índices de pobreza, superiores à média do estado de Santa Catarina, demonstrando a histórica ineficiência das políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico da região do Contestado.

Atualmente, os altos índices de pobreza e o subdesenvolvimento socioeconômico têm ligação direta com a concentração de terra e renda que tem como causa e efeito o monocultivo de *pinus* pelo agronegócio madeireiro, que combina degradação ambiental com superexploração do trabalho, informalidade, baixos salários associados à elevadas jornadas de trabalho até a ocorrência de trabalho escravo no campo.

Por isso, com base na reflexão teórica e nos dados que foram apresentados, um caminho apontado para a superação da pobreza na região do Contestado Catarinense é a realização da Reforma Agrária enquanto um conjunto de ações governamentais que visem modificar a estrutura fundiária para que haja melhorias sociais, culturais, políticas e econômicas por meio da distribuição da terra e da renda.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A Nova Fronteira do Eucalipto e a Crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, v. 1, p. 02-10, 2012.

AQUINO JÚNIOR, José. Região do Contestado (SC-PR): território e poder, marcas do passado ao presente. **Geoiingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, v. 1, p. 75-91, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 2v. Tese (Livredocência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106708>>.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912-2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica - Independencias y construcción de estados nacionales**: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX., 2012, Bogotá, Colômbia. Anais do XII GeoCrítica. Barcelona, Espanha: Ed. da UB, 2012. v. 1. p. 1-22.

FRAGA, Nilson César; LUDKA, Vanessa Maria. Anulação do mundo livre do Contestado: o caso do território e da identidade no município de Bela Vista do Toldo, SC. **Revista GeoNorte**, v. 7, p. 651-663, 2013.

FRAGA, Nilson César. **Contestado em Guerra**: 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012. 550 p.

FRAGA, Nilson César. **Timbó Grande, o último reduto? Município planaltino do Contestado catarinense, cidade das Meninas de Lábios de Mel**. Rádio Destaque Regional - Web, Matos Costa, SC, p. 1 - 13, 25 jan. 2014.

FRAGA, Nilson César. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. 1. ed. Blumenau, SC: Editora Hemisferio Sul, 2010. 155p.

GEMELLI, Diane Daniela. Degradação da Natureza e do Trabalho: o monocultivo de pinus e o APL das madeiras e das esquadrias. In: VIII - Seminário Estadual de Estudos Territoriais - II Jornada de Pesquisadores sobre Questão Agrária no Paraná - XXXI Semana de Geografia da UEL, 2015, Londrina. **Anais do VIII - Seminário Estadual de Estudos Territoriais - II Jornada de Pesquisadores sobre Questão Agrária no Paraná - XXXI Semana de Geografia da UEL**, 2015.

LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson César. Fome e Pobreza na região do Contestado catarinense: conflitos do desenvolvimento no sul do Brasil. In: **XI Encontro Nacional da ANPEGE – A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação.**, 2015, Presidente Prudente. Anais do XI ENANPEGE, 2015. p. 1-12.

LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson César. Miséria e abandono: os baixos índices socioeconômicos do Planalto Norte Catarinense - da Guerra do Contestado ao século XXI (1912/16 E 2012/16). In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-**

Graduandos e Pesquisa em Geografia, 2013, Campinas-SP. Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais. Dourados: UFGD, 2013. v. 10.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010.

MEIRINHO, Bruno César. Contestado, a modernização incompleta. In: FRAGA, Nilson César. (org.). **Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2012. p. 27-44.

NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. **Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde**. Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

Recebido para publicação em 02 de outubro de 2016.

Devolvido para a revisão em 10 de fevereiro de 2017.

Aceito para a publicação em 18 de fevereiro de 2017.